Relatório da Administração

Apresentação
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho
No primeiro semestre de 2022 a Filial apresentou um lucro líquido de R$ 51 milhões, *versus* um prejuízo líquido de R$ 18 milhões no primeiro semestre de 2021. A variação no período reflete, principalmente, o aumento do resultado da intermediação financeira e a diminuição nas despesas com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito devido à liquidação da carteira.

Índice de Basileia
A Filial adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, com base nos dados financeiros do Conglomerado Prudencial, e de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2022, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 157,41% (54,68% em 2021).

Gerenciamento de riscos
A Filial possui áreas de riscos específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central do Brasil, os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede da Filial, e as informações requeridas pela Circular nº 3.930/19 e Resolução BCB 54 de 16/12/2020, ambas do BACEN, e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no sítio da instituição na *internet*, no https://new.ingwb.com/en/network/americas/brasil.

Agradecimentos
A Filial agradece aos seus clientes, colaboradores e fornecedores pela parceria, confiança, dedicação e profissionalismo.

São Paulo, 16 de agosto de 2022.
A Diretoria

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Ativo

	Nota	Jun/22	Dez/21
Caixa e equivalentes de caixa	5	**1.224.045**	987.625
Disponibilidades		**16.423**	9.756
Aplicações financeiras de liquidez		**1.207.622**	977.869
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		**77.655**	458.668
Carteira própria		**-**	402.348
Vinculados à prestação de garantias	6	**31.830**	30.141
Instrumentos financeiros derivativos	7	**45.825**	26.179
Relações interfinanceiras		**1.121**	862
Créditos vinculados:			
Depósitos no Banco Central do Brasil		**1.009**	682
Correspondentes		**112**	180
Operações de crédito	8	**-**	57.302
Operações de crédito - setor privado		**-**	57.302
Outros créditos		**744.030**	4.452.808
Carteira de câmbio	9	**576.114**	4.296.756
Rendas a receber		**-**	2.899
Negociação e intermediação de valores		**2.410**	-
Diversos	10	**165.506**	161.389
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (outros créditos) (-)	8	**-**	(8.236)
Outros valores e bens		**39**	292
Despesas antecipadas		**39**	292
Ativo fiscal diferido	11	**-**	833
Investimentos		**-**	66
Outros investimentos		**-**	66
Imobilizado de uso		**2.184**	2.360
Outras imobilizações de uso		**3.771**	3.774
(-) Depreciações acumuladas		**(1.587)**	(1.414)
Intangível		**1.777**	2.121
Ativos intangíveis		**4.040**	4.040
(-) Amortização acumulada		**(2.263)**	(1.919)
Total do ativo		**2.050.851**	5.962.937

Passivo

	Nota	Jun/22	Dez/21
Depósitos	12	**148.244**	313.889
Depósitos à vista		**244**	61
Depósitos interfinanceiros		**148.000**	261.462
Depósitos a prazo		**-**	52.366
Obrigações por empréstimos	13	**575.885**	620.375
Empréstimos no exterior		**575.885**	620.375
Instrumentos financeiros derivativos		**-**	50.450
Instrumentos financeiros derivativos		**-**	50.450
Outras obrigações		**663.473**	4.356.249
Carteira de câmbio	9	**630.701**	4.297.679
Fiscais e previdenciárias	14	**10.102**	7.203
Negociação e intermediação de valores		**-**	21.341
Diversas	15	**22.670**	30.026
Provisões	16,17	**79.020**	90.047
Resultados de exercícios futuros		**-**	204
Resultado de exercícios futuros		**-**	204
Patrimônio líquido	19	**584.229**	531.723
Capital:			
De domiciliados no exterior		**489.835**	489.835
Reserva de capital		**5.291**	5.144
Reserva de lucros		**40.511**	40.511
Ajuste de avaliação patrimonial		**-**	(1.018)
Lucros (Prejuízos) acumulados		**48.592**	(2.749)
Total do passivo		**2.050.851**	5.962.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Eventos

	Capital social	Reserva de lucros: Reserva de capital	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	489.835	4.818	40.511	-	-	(31.695)	503.469
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	(18.059)	(18.059)
Ajuste de avaliação patrimonial (nota 6)	-	-	-	-	(1.500)	-	(1.500)
Outras reservas	-	232	-	-	-	-	232
Saldos em 30 de junho de 2021	489.835	5.050	40.511	-	(1.500)	(49.754)	484.142
Saldos em 31 de dezembro de 2021	489.835	5.144	40.511	-	(1.018)	(2.749)	531.723
Lucro líquido do semestre	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**51.341**	**51.341**
Ajuste de avaliação patrimonial	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.018**	**-**	**1.018**
Outras reservas	**-**	**147**	**-**	**-**	**-**	**-**	**147**
Saldos em 30 de junho de 2022	**489.835**	**5.291**	**40.511**	**-**	**-**	**48.592**	**584.229**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O ING Bank N.V., (Filial de São Paulo), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, o qual possui a totalidade do capital da filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

No comunicado à imprensa feito pelo ING Group no dia 05 de novembro de 2020, foram anunciadas atualizações da estratégia *Think Forward* para o segmento de *Wholesale Banking*, que incluiu o fechamento das operações na América do Sul, em que o Brasil está inserido. A Filial de São Paulo comunicou aos reguladores e os colaboradores, o início do processo de avaliação para o encerramento das atividades, que será realizado em conformidade com os requerimentos necessários.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto do encerramento das atividades operacionais do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo). Uma etapa importante desse processo é o pedido de cancelamento da autorização para o funcionamento do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo), como uma instituição integrante do sistema financeiro, que foi protocolado no Banco Central do Brasil (BACEN) em 28 de junho de 2022.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009 e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários (incluindo a avaliação de indicativos de evidência de perda do valor recuperável, quando aplicável), instrumentos financeiros derivativos e crédito tributário. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Filial revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

O Banco divulga suas demonstrações financeiras, em linha com a Resolução nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa
Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações financeiras, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua aquisição, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez, que fazem parte dos itens de caixa e equivalente de caixa, são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:
- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, a determinação dos valores de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que a Administração do Banco efetua julgamentos significativos, na determinação dos métodos e premissas utilizados na sua mensuração, e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor recuperável, que envolve um alto nível de julgamento em sua determinação, considerando metodologias e premissas utilizadas, quando aplicável.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do período quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são aqueles para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e deduzidos de provisão por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Em 30 de junho de 2022 o Banco não possuía títulos classificados como mantidos até o vencimento.

d) Instrumentos financeiros derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Resolução CMN nº 3.082/02, do BACEN, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Resolução CMN nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:
- *Hedge* de risco de mercado - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "*hedge*" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período. Em 30 de junho de 2022 e 2021, a Filial não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.
- *Hedge* de fluxo de caixa - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "*hedge*" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 30 de junho de 2022 e 2021, a Filial não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), além disso, envolvem premissas e julgamentos da Administração, baseados em metodologias internas de classificação de risco, e as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito representa a melhor estimativa quanto a essas perdas.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo BACEN, conforme demonstrado na Nota 8e.

f) Permanente
Atendendo à Resolução nº 4.535 do CMN, de 24 de novembro de 2016, os imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o exercício de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)
Conforme a Resolução nº 4.924/21 do CMN, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Em 30 de junho de 2022 e 2021 não foram identificadas perdas por *impairment*.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações
Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do período.

i) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda apurado no período. A medida provisória nº 1.034/2021, alterada pela Lei nº 14.183/2021 majorou a alíquota de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido para os Bancos, de 20% para 21% para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2022, retornando a 20% a partir de 1º de janeiro de 2023.

j) Apuração de resultado
As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério *"pro rata temporis"* para as despesas e receitas de natureza financeira.

k) Pagamento baseado em ações
Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, a Filial mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo.

l) Resultados recorrentes e não recorrentes
Considera-se como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, e de acordo com o que lhe é permitido pelo seu regulador, Banco Central do Brasil. Além disto, a Administração da Filial considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência num período futuro da instituição.

4 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma integrada, como segue:

Risco de mercado - é definido pelo risco de mudança de taxas e preços no mercado financeiro que possam reduzir o valor do portfólio afetando de forma negativa os resultados do conglomerado. Esses riscos são provenientes da atividade de *trading* que pode ter posições sem *hedge* abertas no mercado ou com *hedges* imperfeitos.

O gerenciamento e monitoramento do risco de mercado compreende a análise de métricas capazes de mensurar o risco, estabelecer limites e divulgar informações como *VaR*, *Basis Point Value* (BPV), exposição cambial (FX *Delta*), *stress test* e *backtest*. O controle é feito de forma independente das áreas de negócio e as informações são divulgadas diariamente, reportando toda e qualquer mudança no portfólio.

Análise de Sensibilidade - o balanço patrimonial está sujeito à variação dos fatores de risco de mercado decorrentes da atividade de intermediação financeira e de negociação por conta própria da instituição. A exposição a risco de mercado é gerenciada pela área de *Financial Markets*, que desempenha a função de primeira linha de defesa, e monitorada de forma independente pela área de Risco de Mercado, como segunda linha de defesa, observando-se limites preestabelecidos revisados periodicamente para assegurar alinhamento ao apetite de risco da organização. Os fatores de risco a que a instituição está atualmente sujeita abrangem exposição à variação cambial e variação das taxas de juros das moedas negociadas, que, no caso da filial brasileira do ING Bank N.V., concentram-se primariamente em dólares americanos, euros e reais. A atividade da instituição não envolve, no momento, posições em produtos não lineares, como opções de moeda e juros.

i. O *Value-at-Risk* é uma métrica estatística que mensura a perda percentual da carteira do conglomerado sujeita a riscos de mercado, ou seja, a riscos de flutuação de taxas de juros ou taxas de câmbio. Representa a perda máxima dentro de um período e nível de confiança determinados.

O conglomerado ING Bank do Brasil segue a metodologia global padrão da organização, sendo esta a simulação histórica com a amostra de um ano, horizonte de tempo de um dia e 99% de nível de confiança.

Valores em milhares de Reais

	30/06/2022	31/12/2021
VaR taxas de juros	**110**	92
VaR moeda estrangeira	**280**	344
VaR fechamento do semestre	**335**	400
VaR máximo do semestre	**537**	654
VaR mínimo do semestre	**4**	106

ii. O BPV (*Basis Point Value*) é uma forma de mensurar o risco de mercado de ativos de renda fixa e verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. O *Delta* mede a variação de preço do ativo subjacente.

Fator de risco

	Valores em milhares de Reais	30/06/2022	31/12/2021
BPV	PRE	**1**	(3)
	USD *on*	**(1)**	(17)
	USD *off*	**-**	18
	EUR *on*	**-**	18
	EUR *off*	**-**	(18)
FX *Delta*	USD	**(10.450)**	(16.373)
	JPY	**-**	-
	GBP	**-**	-

iii. Teste de estresse - Rico de mercado: As métricas de risco utilizadas são submetidas a testes de estresse adicionais com o objetivo de identificar o potencial de perda em condições extremas, como *VaR* de estresse, e de eventos excepcionais específicos identificados em históricos mais extensos.

O quadro abaixo resume a situação das principais medidas utilizadas pela filial brasileira na gestão dos riscos de mercado em situações de estresse.

Valores em milhares de Reais

	30/06/2022	31/12/2021
SVaR taxas de juros	**521**	1.200
SVaR moeda estrangeira	**2.347**	3.340
SVaR fechamento do semestre	**2.079**	3.482
SVaR máximo do semestre	**4.360**	15.515
SVaR mínimo do semestre	**44**	1.255

iv. Teste de aderência (*Backtest*) - A área de Risco de Mercado utiliza o *backtesting* para determinar a aderência ao modelo de *VaR*, o método constitui em comparar o *VaR* calculado com as perdas ou ganhos financeiros efetivos da posição até o momento. Os dados de PnL teórico são inseridos na plataforma global e os resultados do *backtesting* são compilados e divulgados periodicamente.

Risco de crédito - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira do tomador/contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do setor de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, dentre outros.

Risco de liquidez - a exposição decorrente do descasamento de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através de relatórios diários de fluxo de caixa e da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de *stress*, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter o perfil de risco de liquidez dentro dos limites estabelecidos pela Administração da Filial.

Risco operacional - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Filial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do BACEN, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

Gerenciamento de capital - a estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. A Filial possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado prudencial, cuja instituição líder é a Filial.

A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da Filial, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Mínimo, consolidação das informações provenientes das áreas de riscos e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne periodicamente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido mínimo, o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Administração da Filial, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2022 Circulante	31/12/2021 Circulante
Disponibilidades em moeda estrangeira	**16.423**	9.756
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**1.207.622**	977.869
Total	**1.224.045**	987.625

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta por operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, no montante de R$ 1.207.622 (R$ 977.869 em dez/2021) lastreadas em títulos públicos, com vencimento em até três meses a contar da data de aquisição.

6 Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

Títulos e valores mobiliários

	30/06/2022			
	Sem vencimento	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado	Custo atualizado
Vinculados à prestação de garantias para negociação				
Cotas de fundos de investimento	**31.830**	**-**	**31.830**	**31.830**
Total	**31.830**	**-**	**31.830**	**31.830**

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	Semestre 2022	Semestre 2021
Receitas da intermediação financeira		**83.436**	22.257
Operações de crédito		**-**	10.826
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		**73.403**	56.959
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		**10.033**	(45.528)
Despesas de intermediação financeira		**(21.349)**	(39.222)
Operações de captação no mercado		**(13.980)**	(13.402)
Operações de empréstimos e repasses		**41.439**	(212.890)
Resultado de operações de câmbio		**(57.044)**	243.789
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	**8.236**	(56.719)
Resultado bruto da intermediação financeira		**62.087**	(16.965)
Outras receitas/despesas operacionais		**(4.367)**	(34.085)
Receitas de prestação de serviços		**3.355**	29.975
Despesas de pessoal		**(23.495)**	(32.379)
Outras despesas administrativas	22	**(8.316)**	(25.846)
Despesas tributárias		**(2.845)**	(12.747)
Outras receitas operacionais	23.c	**29.326**	12.616
Outras despesas operacionais	23.d	**(2.392)**	(5.704)
Resultado operacional		**57.720**	(51.050)
Resultado não operacional		**3**	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**57.723**	(51.050)
Imposto de renda e contribuição social	20	**(6.043)**	33.941
Provisão para imposto de renda		**(3.352)**	(1.624)
Provisão para contribuição social		**(2.691)**	(1.341)
Ativo fiscal diferido		**-**	36.906
Participações estatutárias no lucro (Prejuízo)		**(339)**	(950)
Lucro (Prejuízo) líquido do período		**51.341**	(18.059)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Semestre 2022	Semestre 2021
Lucro (Prejuízo) líquido do período	**51.341**	(18.059)
(+/-) Resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente total	**51.341**	(18.059)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Semestre 2022	Semestre 2021
Atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do período	**51.341**	(18.059)
Depreciações e amortizações (nota 22)	**521**	647
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (nota 8d)	**(8.236)**	56.719
Tributos diferidos	**(3)**	-
Resultado não operacional	**-**	(36.906)
Outras reservas	**147**	232
Variação de ativos e passivos	**192.578**	(4.249.676)
Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	**381.013**	590.672
(Aumento) em relações interfinanceiras	**(259)**	(128)
Redução em operações de crédito	**57.302**	607.457
Redução em outros créditos	**3.717.847**	12.081.116
Redução (Aumento) em outros valores e bens	**253**	(130)
(Redução) em depósitos	**(165.645)**	(872.854)
(Redução) em obrigações por empréstimos	**(44.490)**	(5.839.652)
(Redução) em relações de interdependências	**-**	(152.122)
(Redução) em instrumentos financeiros derivativos	**(50.450)**	(524.214)
(Redução) em outras obrigações	**(3.702.789)**	(10.139.206)
(Redução) em resultados de exercícios futuros	**(204)**	(615)
Caixa líquido originado em atividades operacionais	**236.348**	(4.247.043)
Atividades de investimento		
Alienação de outros investimentos	**69**	-
Alienação de imobilizado de uso	**3**	1.566
Alienação de intangível	**-**	96
Caixa líquido originado em atividades de investimento	**72**	1.662
Aumento (Redução) nos fluxos de caixa	**236.420**	(4.245.381)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	**987.625**	6.068.476
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	**1.224.045**	1.823.095
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**236.420**	(4.245.381)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

VEC – 6COL X 52CM – Pág. 1

pefran SELO DIGITAL

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: VEC 15H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[36571]-ing_bank_legal_bal_semestral_30-06-2022.indd 1 17/08/2022 15:00

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Títulos e valores mobiliários

				31/12/2021
	Sem vencimento	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado	Custo atualizado
Vinculados à prestação de garantias para negociação				
Cotas de fundos de investimento	30.141	-	30.141	30.141
	30.141	-	30.141	30.141
Disponíveis para venda				
Debêntures	-	402.348	402.348	404.199
	-	402.348	402.348	404.199

O valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda foram apurados com base no preço de instrumento financeiro semelhante, e levou em consideração o risco de crédito, indexador e prazos de pagamento/vencimento.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). A carteira de debêntures encontra-se registrada na B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), e custodiada em instituição financeira privada. As cotas de fundos de investimento são registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou com os seus administradores.

7 Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Filial a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de "*hedge*" de clientes.

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, os controles dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da Administração da Filial, como segue:

***Hedge* -** operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros, objeto de proteção;

Negociação - operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição de posições proprietárias e atender necessidades de "*hedge*" de clientes.

Os contratos futuros negociados no âmbito da B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, B3 ou agente de mercado, quando necessário.

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registrados na B3, cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

Instrumentos financeiros derivativos

					30/06/2022
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado	Custo atualizado
Ativo - negociação					
Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	**45.825**	**-**	**-**	**45.825**	**51.739**
Totais por faixa de vencimento em 2022	**45.825**	**-**	**-**	**45.825**	**51.739**
Totais por faixa de vencimento em 2021	2.022	24.157	-	26.179	23.426

Instrumentos financeiros derivativos

					30/06/2022
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado	Custo atualizado
Passivo - negociação					
Swaps	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Mercado a termo	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Totais por faixa de vencimento em 2022	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Totais por faixa de vencimento em 2021	(27.873)	(22.577)	-	50.450	21.478

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registrados na B3, cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

Contratos

					30/06/2022
	Futuros	Termo	*Swap*	*Hedge*	Total
Negociação					
- Moeda estrangeira	**117.172**	**574.694**	**-**	**-**	**691.865**
- Taxa de juros	**604.241**	**-**	**-**	**-**	**604.241**
Total 2022	**721.413**	**574.694**	**-**	**-**	**1.296.106**
Total 2021	2.923.091	779.413	528.599	-	4.231.103

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à B3, foram requeridas margens no valor de R$ 31.830 (R$ 30.141 em dez/2021), garantidas mediante a vinculação de cotas de fundo de liquidação.

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado no período estão demonstrados a seguir:

Resultado com derivativos

	30/06/2022	30/06/2021
Futuros	**(142.996)**	97.786
Swaps	**86.138**	73.531
Termo	**66.891**	(217.263)
Outros	**-**	418
Total	**10.033**	(45.528)

8 Operações de crédito

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN, tem a seguinte composição:

a) Setor de atividade

Operações de crédito

Setor privado	30/06/2022	31/12/2021
Comércio	**-**	17.882
Outros serviços	**-**	30.420
Total	**-**	57.302

Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota 9)

Setor privado	30/06/2022	31/12/2021
Comércio	**-**	8.236
Total	**-**	8.236

b) Concentração das operações de crédito

	30/06/2022	% Carteira	31/12/2021	% Carteira
10 maiores emitentes/clientes	**-**	**100,00%**	65.538	100,00%
Total	**-**	**100,00%**	65.538	100,00%

c) Nível de risco

Nível de risco

		Valor da provisão		Valor da carteira	
	% 2.682	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
AA	0%	**-**	-	**-**	57.302
H	100%	**-**	8.236	**-**	8.236
Total		**-**	8.236	**-**	65.538

d) Vencimento

Vencimento

	30/06/2022	31/12/2021
A vencer até 90 dias	**-**	3.440
A vencer de 91 a 360	**-**	8.634
A vencer acima de 360	**-**	45.228
Vencidas acima de 180 dias	**-**	8.236
Total	**-**	65.538

e) Movimentação da provisão

Provisão

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**8.236**	239.925
Constituição	**-**	75.564
Reversão	**(8.236)**	(307.253)
Saldo final	**-**	8.236

Em 30 de junho de 2022, o Banco possui saldo em créditos baixados para prejuízo no total de R$ 131.869 (R$ 140.371 em dez/2021).

9 Carteira de câmbio

Carteira de câmbio

	30/06/2022	31/12/2021
	Circulante	Circulante
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	**576.114**	2.492.174
Direitos sobre venda de câmbio	**-**	1.796.346
Rendas a receber de adiantamento concedido (nota 8)	**-**	8.236
Total	**576.114**	4.296.756
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	**-**	1.87.454
Obrigações por compra de câmbio	**630.701**	2.424.225
Total	**630.701**	4.297.679

10 Outros créditos - Diversos

Créditos diversos

	30/06/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Impostos a compensar	**3.934**	**9.747**	8.130	4.921
Depósitos judiciais (nota 17.d)	**9**	**148.599**	9	144.154
Adiantamentos a funcionários e terceiros	**971**	**-**	1.690	-
Devedores diversos país	**56**	**2.190**	54	2.431
Total	**4.970**	**160.536**	9.883	151.506

11 Ativo fiscal diferido

O Banco não possui saldo de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social existentes em 30 de junho de 2022. (R$ 833 em dez/2021).

a) As movimentações da base dos créditos de tributários ocorridas no semestre findo em 30 de junho de 2022 estão demonstradas a seguir:

Créditos tributários diferidos

	31/12/2021	Adições	Realizações	30/06/2022
Marcação a mercado das debêntures	1.851	-	(1.851)	**-**
Base de cálculo total	1.851	-	(1.851)	**-**

b) As movimentações de realizações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no semestre findo em 30 de junho de 2022 estão demonstradas a seguir:

Créditos tributários diferidos

	31/12/2021	Adições	Realizações	30/06/2022
IR/CS diferido sobre marcação a mercado	833	-	(833)	**-**
Total	833	-	(833)	**-**

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco não possui provisões temporárias.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco não possui valor presente para créditos tributários.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco não possui estoque de créditos tributários não ativado.

12 Depósitos e captações no mercado aberto

As captações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo e no mercado aberto são efetuadas com taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

Depósitos e captações

				30/06/2022
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Total
Depósito à vista	**244**	**-**	**-**	**244**
Depósito interfinanceiros	**-**	**148.000**	**-**	**148.000**
Total por faixas de vencimento em jun/2022	**244**	**148.000**	**-**	**148.244**
Total por faixas de vencimento em dez/2021	61	261.613	52.215	313.889

13 Obrigações por empréstimos e repasses do exterior

Em 30 de junho de 2022 não havia saldo em empréstimos no exterior (US$ 1.387 em dez/2021), os repasses do exterior somavam o montante de US$ 109.937 (US$ 109.670 em dez/21) que representa R$ 575.885 (R$ 611.945 em dez/2021), a taxa de juros de até 0,55% (0,55% em dez/2021) ao ano e vencimentos até setembro de 2022 e linha de crédito tomada com a matriz no montante de US$ 19 (US$ 124 em dez/2021) que representa R$ 101 (R$ 690 em dez/2021), a taxa de juros de até 0,26% ao ano com vencimentos até setembro de 2022.

14 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias

	30/06/2022	31/12/2021
	Circulante	Circulante
Impostos e contribuições a recolher	**4.059**	3.795
Imposto de renda e contribuição social	**6.043**	3.408
Total	**10.102**	7.203

15 Outras obrigações - Diversas

Obrigações diversas

	30/06/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão para despesas de pessoal	**19.924**	**-**	24.613	190
Diversos	**2.746**	**-**	1.409	3.814
Total	**22.670**	**-**	26.022	4.004

16 Provisão de restruturação

Conforme descrevemos na nota 1, a Filial de São Paulo fará o encerramento das atividades no Brasil. Como parte desse processo e, de acordo, com o CPC 25, realizamos uma provisão para reestruturação, composta por:

	30/06/2022	31/12/2021
Provisão de despesas de pessoal	**23.849**	35.878
Provisão despesas com imóvel - aluguel	**3.225**	3.503
Provisão de despesas com advogados e demais	**511**	512
Total	**27.585**	39.893

17 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes: em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes: a Filial possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	31/12/2021	Adições	Baixas/ Reversões	30/06/2022
Fiscais (*)	50.154	1.281	-	**51.435**
Total	50.154	1.281	-	**51.435**

(*) os processos fiscais são atualizados pela taxa Selic.

b.1) *Passivos contingentes classificados como perda possível:* a Filial possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela administração e assessores legais externos. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de *hedge*, no valor atualizado de R$ 29.823 (R$ 28.520 em dez/2021). Foi julgado improcedente no CARF. A Filial recorreu à esfera judicial, pendente de julgamento. Depósito judicial feito em Maio/19.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de imposto de renda e contribuição social, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R$ 13.550 (R$ 13.039 em dez/2021). O processo encontra-se na esfera judicial, e aguarda julgamento.
- Auto de Infração sobre dedução de depósito judicial da estimativa de IRPJ e CSLL no ajuste anual, no valor de 6.769 (R$ 6.618 em dez/2021). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de Infração cobrando as contribuições previdenciárias incidentes sobre PLR (ano-calendário 2005 e 2006), no valor de R$ 7.040 (R$ 6.893 em dez/2021). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração de PIS pela impossibilidade de dedução das despesas advindas dos contratos de *swap* (fins de *hedge*), no valor de R$ 3.542 (R$ 3.403 em dez/2021). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Filial possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R$ 10.228 (R$ 9.899 em dez/2021).

c) Obrigações legais: representadas, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica "Provisão" conforme balanço patrimonial. As principais obrigações referem-se a processos vinculados à Anistia no montante de R$ 10.732 (R$ 10.297 em dez/2021) e PIS e COFINS contingencial no montante de R$ 26.065 (R$ 25.340 em dez/2021), ISS sobre avais e fianças no montante de R$ 9.040 (R$ 9.009 em dez/2021), IRPJ/CSLL sobre ganhos na desmutualização da BMF/Bovespa no montante de R$ 2.296 (R$ 2.245 em dez/2021) e processos de natureza trabalhista/ previdenciária no montante de R$ 2.353 (R$ 2.299 em dez/2021). Todos os processos citados possuem depósitos judiciais.

d) Depósitos judiciais: correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados à diferença de alíquotas de CSLL no montante de R$ 28.001 (R$ 27.223 em dez/2021), depósitos vinculados à Anistia R$ 18.812 (R$ 18.217 em dez/2021), depósito referente discussão sobre ampliação da base do PIS e COFINS R$ 27.130 (R$ 26.340 em dez/2021), depósito judicial referente compensação dos prejuízos apurados nos exercícios de 1989 até 1991, no montante de R$ 6.383 (R$ 6.213 em dez/2021), depósito sobre omissão de receitas de IRPJ e CSLL 2003 e 2004, no montante de R$ 6.425 (R$ 6.183 em dez/2021), dedutibilidade da despesa de PLR de estatutários para IRPJ e CSLL 2006 e 2007 no montante de R$ 13.550 (R$ 13.039 em dez/2021), e PIS (08/2004 a 12/2004) e COFINS - glosa de perdas em operações com derivativos consideradas pela RFB "sem finalidade de *hedge*", no montante de R$ 33.364 (R$ 31.923 em dez/2021).

O saldo remanescente de R$ 14.943 (R$ 15.025 em dez/2021) é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

18 Operações vinculadas

Em 30 de junho de 2022, não havia operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores (R$ 47.500 em dez/2021).

Em 30 de junho de 2022, não havia saldo de operações ativas vinculadas em atraso (R$ 8.236 em dez/2021).

19 Patrimônio líquido

O capital social da Filial corresponde a R$ 489.835 (R$ 489.835 em dez/2020), referente a investimentos da Matriz, acrescido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos controladores da Filial.

20 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social

		2022		2021
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Apuração de imposto de renda e contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social corrente				
Resultado antes dos impostos e participações	**57.720**	**57.720**	(51.050)	(51.050)
(-) Participações nos resultados	**(339)**	**(339)**	(950)	(950)
Resultado antes dos impostos ajustado	**57.381**	**57.381**	(52.000)	(52.000)
Adições ou exclusões temporárias	**(43.927)**	**(43.927)**	58.510	58.510
Ajuste contábil referente futuros	**(1.518)**	**(1.518)**	46.992	46.992
Ajuste MTM *swap* e títulos públicos	**(20.303)**	**(20.303)**	(32.982)	(32.982)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(8.236)**	**(8.236)**	55.808	55.808
Provisão para contingências e variação monetária dos depósitos judiciais	**(182)**	**(182)**	5.377	5.377
Provisão restruturação	**(12.307)**	**(12.307)**	(8.931)	(8.931)
Provisão para gratificações	**(1.972)**	**(1.972)**	(8.065)	(8.065)
Outras adições e exclusões diversas	**162**	**162**	311	311
Adições ou exclusões permanentes	**429**	**429**	273	273
Base tributável	**13.454**	**13.454**	6.783	6.783
IR (alíquota 15%) e CS (Alíquota 20%)	**(2.018)**	**(2.691)**	(1.018)	(1.341)
Adicional de IR (alíquota 10%)	**(1334)**	**-**	(646)	-
Redução de imposto por incentivos	**-**	**-**	40	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	**(3.352)**	**(2.691)**	(1.624)	(1.341)
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(3.352)**	**(2.691)**	(1.624)	(1.341)
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Resultado da marcação a mercado	**-**	**-**	(21.577)	(21.577)
Provisões não dedutíveis temporariamente	**-**	**-**	45.516	45.516
Outras diferenças temporárias	**-**	**-**	49.873	49.873
Base tributável diferida	**-**	**-**	73.812	73.812
Imposto de renda e contribuição social diferido	**-**	**-**	18.453	18.453

21 Operações com partes relacionadas

As operações efetuadas com partes relacionadas estão demonstradas como segue:

Ativo/(Passivo)

	Grau de relação	30/06/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	Outras partes relacionadas	**(244)**	(61)
Depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas	**(148.000)**	(261.462)
Empréstimos no exterior	Controladora	**(575.885)**	(620.375)
Outros créditos - câmbio	Controladora	**-**	3.671.982
Outras obrigações - câmbio	Controladora	**-**	(3.592.691)

Receitas/(despesas)

	Grau de relação	30/06/2022	30/06/2021
Resultado de câmbio	Controladora	**(21.553)**	(79.485)
Outras receitas operacionais	Outras partes relacionadas	**157**	157
Receita de prestação de serviços	Controladora	**3.125**	23.549
Despesas de operações compromissadas	Outras partes relacionadas	**(9)**	(9)
Despesas com depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas	**(13.519)**	(3.057)
Resultado de empréstimos no exterior	Controladora	**(89.717)**	(31.545)

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A., ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 4.818/20 do BACEN.

A remuneração total do pessoal-chave da administração para o semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R$ 2.773 (R$ 4.134 em dez/2021) de remuneração fixa, e de R$ 2.884 (R$ 909 em dez/2021) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo, conforme apresentado nas demonstrações do resultado em despesa de pessoal.

a) Remuneração baseada em ações

A Filial participa de um programa global de remuneração de longo prazo "*Long-Term Sustainable Performance Plan*", patrocinado pelo ING Groep N.V. de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (*vesting period*), que ocorrem em *tranches* de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local.

No *vesting date* os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

A Filial registrou despesas no valor de R$ 146 (R$ 326 em dez/2021), tendo como contrapartida a conta de "Reserva de capital".

22 Despesas administrativas

Outras despesas administrativas referem-se a:

	30/06/2022	30/06/2021
Processamento de dados	**(2.227)**	(4.066)
Aluguel	**(1.608)**	(2.626)
Serviços técnicos especializados	**(1.583)**	(2.527)
Depreciação e amortização	**(521)**	(647)
Manutenção e conservação de bens	**(429)**	(607)
Comunicação, publicações, promoções e relações públicas	**(385)**	(378)
Serviços prestados por parte relacionada	**(357)**	(6.543)
Serviços de terceiros	**(102)**	(110)
Serviços do sistema financeiro	**(100)**	(874)
Seguros, água, energia e gás	**(21)**	(73)
Despesas de transporte e viagem	**(12)**	(10)
Outras despesas administrativas	**(971)**	(7.385)
Total	**(8.316)**	(25.846)

23 Informações adicionais

a) A garantia prestada no país, referente a fianças no montante de R$ 8.374 (R$ 303.458 em dez/2021).

b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 4.958/21, do CMN e alterações posteriores. Em 30 de junho de 2022, o valor do índice de Basileia era de 157,41% (54,68% em 2021).

c) Outras receitas operacionais correspondem substancialmente à recuperação de créditos baixados para prejuízo R$ 18.920 (R$ 0 em jun/2021), atualização de depósitos judiciais R$ 4.413 (R$ 984 em jun/2021), variações monetárias ativas de créditos a compensar R$ 204 (R$ 1 em jun/2021), reversão de despesas com restruturação R$ 5.322 (R$ 4.479 em jun/2021), comissão sobre compromisso de crédito R$ 0 (R$ 116 em jun/2021), reversão de PLR de R$ 283 (R$ 1.290 em jun/2021) e outras rendas no valor de R$ 184 (R$ 5.739 em jun/2021).

d) Outras despesas operacionais correspondem basicamente à variação cambial sobre operações em moeda estrangeira de R$ 0 (R$ 4.918 em jun/2021), em atualizações de riscos fiscais no montante de R$ 1.211 (R$ 510 em jun/2021), provisão para garantias prestadas R$ 0 (R$ 12 em jun/2021) e outras despesas operacionais de R$ 1.181 (R$ 264 em jun/2021).

24 Resultados não recorrentes

A Filial teve resultados não recorrentes devido a atualização da estratégia citada na nota explicativa 1, no semestre findo em 30 de junho de 2022, no valor de R$ 5.322 (R$ 4.479 em jun/2021), compostas por reversão de provisão de restruturação, relacionadas a custos de pessoal que saíram voluntariamente da Filial, contabilizadas em outras receitas operacionais.

A Diretoria

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a administração do ING Bank N.V. em 05 de novembro de 2020, em consonância com a decisão do ING Group N.V., anunciou a descontinuidade das atividades do Banco no Brasil e, em 28 de junho de 2022, a Administração iniciou o processo com o pedido de aprovação dos órgãos reguladores para o cancelamento da autorização do funcionamento do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo). As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do encerramento das atividades operacionais do Banco e, portanto, elas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos

Ver notas explicativas 3.d e 7 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Conforme divulgado nas notas explicativas, os instrumentos financeiros derivativos do ativo totalizam R$ 45.825 mil. Para os instrumentos financeiros mensurados a valor de mercado, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, a determinação dos valores de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Banco efetua julgamentos significativos, na determinação dos métodos e premissas utilizados na sua mensuração. Desta forma, devido ao alto nível de julgamento envolvido na mensuração do valor de mercado e na avaliação de indicativos de evidência de perda do valor recuperável desses instrumentos financeiros, consideramos como um assunto significativo em nossa auditoria.	Avaliamos o desenho e a efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chaves implementados pelo Banco para mensuração do valor de mercado e avaliação dos indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos instrumentos financeiros. Recalculamos, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, o valor de mercado dos instrumentos financeiros. Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas estão de acordo com as normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros derivativos, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas

ING BANK N.V.
CNPJ nº 49.336.860/0001-90

ING

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de agosto de 2022.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

https://new.ingwb.com/en/network/americas/brasil

pefran SELO DIGITAL

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: VEC 15H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696